nos direitos à terra e na erradicação do estresse hídrico (são as mulheres as mais impactadas pelo não acesso à água potável).

Somado ao quadro da fome e das tragédias em decorrência da mudança climática, recentemente veio à tona a grave crise humanitária do povo Yanomami, desencadeada em grande medida pelo incentivo do governo Bolsonaro ao garimpo ilegal: além de registros de mortes por desnutrição e enfermidades variadas, pelo menos, 30 meninas e adolescentes Yanomami estariam grávidas, vítimas de abusos cometidos por garimpeiros (Agência Brasil, 2023), e outras tantas foram levadas ilegalmente de suas aldeias por pessoas não-indígenas (Conselho Indígena de Roraima - CIR). Pela superação do racismo ambiental e o fim do etnocídio de nossos povos indígenas, nós, mulheres (cis e trans) de diferentes classes, raça, origem, orientação sexual, religião, movimento político e ideologia, viemos às ruas neste 8 de março exigir o fim do garimpo, a demarcação de terras indígenas e o fortalecimento da cobertura de programas e projetos de segurança alimentar e nutricional, a fim de atender às necessidades alimentares urgentes dos setores mais vulneráveis.

5. LEGALIZAÇÃO DO ABORTO JÁ!

O direito ao aborto legal e seguro e à justiça reprodutiva é um dos nossos principais e mais duros debates por envolver um difícil diálogo com crenças morais, religiosas e punitivistas presentes na sociedade. Mesmo sendo previsto em Lei para os casos de violência sexual, risco de morte materna e de fetos anencéfalos, o aborto ainda é negado a muitas meninas e mulheres. A criminalização social e o linchamento público coloca às mulheres, sobretudo as mulheres negras pobres, em situação de extrema vulnerabilidade. Na maioria das vezes o aborto é praticado em locais inadequados, em condições insalubres, sem assistência profissional qualificada, causando prejuízo à saúde das mulheres da classe trabalhadora e muitas vezes levando-as à morte.

É necessário lutarmos de forma ampla e estratégica na descriminalização e legalização de todas as formas de aborto e de afirmação do Estado Laico! Nossas companheiras uruguaias, argentinas e colombianas já mostraram o tom do processo: construir uma unidade forte entre os movimentos feministas, sociais e a sociedade não organizada para, através da nossa mobilização, lutar pela legalização do aborto para mulheres e pessoas com útero. Ao mesmo tempo, também é fundamental estarmos juntas para mobilizar localmente o debate, investir na educação sexual, monitorar o sistema de justiça e fortalecer o controle social do SUS e das demais políticas públicas que integram os direitos das mulheres em sua diversidade (mulheres cis, trans, lésbicas, prostitutas, com deficiência, em situação de rua e população privada de liberdade). Exigimos políticas públicas eficazes para reduzir as taxas de morte materna, visto que 90% são mortes evitáveis e, portanto, é injustificável que o Brasil se mantenha com taxas tão elevadas. E exigimos atenção universal e integral à saúde e aos direitos reprodutivos de homens trans. É urgente, ainda, combater a violência obstétrica. Importante ainda destacar que a luta pela autonomia dos nossos corpos deve ser lida de forma interseccional, na qual defendemos uma política antirracista e anticapacitista. Queremos educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal e seguro para não morrer!

2023

8M RJ

Mulheres nas ruas em defesa da democracia! Sem anistia!

CHEGA DE FEMINICÍDIO E DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO, DA CIDADE E DA FLORESTA! POR EMPREGO E RENDA, PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO E PELO FIM DA FOME! EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICAS

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E POR QUE GRITAMOS “SEM ANISTIA”

As mulheres nunca fugiram à luta, especialmente nos últimos difíceis anos no Brasil. Fomos protagonistas no enfrentamento aos governos Temer e Bolsonaro e a todo o retrocesso que eles representaram. Durante o governo fascista de Bolsonaro se acirraram a exploração e exclusão das mulheres (cis, trans e com deficiência). Além das contrarreformas do campo econômico, isso se deu através da liberação de armas e de atitudes misóginas de perseguição às mulheres que estimularam o aumento da violência contra nós. Um exemplo disso é o desmonte de políticas públicas para as mulheres. Houve também a negação do direito ao aborto legal, ataques às jornalistas, aumento de mortes de jovens negros, de estupros e da violência contra mulheres. Comparados a 2019, houve aumento de cerca de 11% na taxa de feminicídio no ano de 2022, dado que evidencia a ausência de políticas públicas de combate à violência contra mulheres. Um ponto fundamental é que, tendo em vista a força do patriarcado no momento, faz-se necessário reivindicar mais renda para mulheres com o objetivo de reestabelecer o orçamento e combater a violência contra todas as opressões. Outra pauta importante é o apoio à revogação da Lei de Alienação Parental (LAP).

Diante de tantos retrocessos, a vitória de Lula representa uma derrota eleitoral do fascismo. Garantiu a investigação dos mandantes do assassinato de Marielle e Anderson pela polícia federal, cujas mortes completam 5 anos no próximo dia 14 de março; a distribuição de vacinas e a ampliação das campanhas de vacinação; e conquistas históricas na luta dos povos indígenas e no campo dos direitos humanos, com a refundação da FUNAI. Também avança no sentido de combater a exploração das terras indígenas e a devastação do meio ambiente. Entretanto, o fascismo ainda ronda o Brasil, a exemplo dos ataques contra as liberdades democráticas perpetrados em Brasília no dia 8 de janeiro. No RJ seguiremos nas ruas contra os demandos do governo de Cláudio Castro, envolvidos em escândalos de corrupção e responsável pelo arrocho contra os servidores públicos e as maiores chacinas já promovidas nas favelas. Por isso, frente a todas as mortes e à precarização das condições de vida da classe trabalhadora, é que gritamos em defesa das liberdades democráticas e “SEM ANISTIA” – pela prisão de Bolsonaro, dos golpistas, financiadores, incentivadores e todos os envolvidos. E é com a firmeza de quem sabe que a luta feminista é constante, que ocupamos as ruas em mais um 8 de março.

1. POR EMPREGO, RENDA E PELO FIM DA FOME

O aumento do desemprego, da pobreza, da fome e a carestia atingiram muitas mulheres e suas famílias. A adoção do Bolsa Família de 600 reais de forma permanente, mais 150 reais por criança de 0 a 6 anos, por exemplo, alivia um pouco essa situação. Mas as mulheres trabalhadoras - incluindo as donas de casa, que não têm seu trabalho remunerado - precisam de muito mais. Os programas de transferência de renda devem ser fortalecidos e ampliados em direção à construção de um programa de renda básica. Reivindicamos a retomada urgente da política de valorização do salário mínimo, tendo em vista que o último aumento anunciado está aquém das necessidades da classe trabalhadora; e remuneração justa, sem discriminação de gênero, raça, sexualidade e deficiência. Queremos que o nosso exaustivo trabalho reprodutivo e do cuidado seja reconhecido, valorizado e compartilhado com os homens, com a sociedade e com o Estado. É necessário assegurar creches e escolas públicas e integrais acessíveis para todas as crianças, a começar pelas crianças com deficiência; restaurantes e lavanderias populares acessíveis; dentre outros equipamentos públicos que aliviem as tarefas domésticas. Queremos o fim da violência contra as mulheres camelôs, que estão sendo impedidas de trabalhar para levar sustento para casa e estão sendo espancadas por agentes de segurança (em sua maioria mulheres negras, mães solo, muitas saindo de relacionamentos abusivos). Propomos, também, um amplo debate sobre a garantia de direitos e qualificação para as trabalhadoras domésticas; e a redução das jornadas de trabalho sem redução salarial.

Lutamos pela revogação da reforma trabalhista, que precariza o emprego e dificulta o acesso à justiça; e da reforma previdenciária, que adia as aposentadorias e reduz a renda de quem tanto contribuiu para a construção do país. Não descansaremos enquanto não cair o teto de gastos, que limita drasticamente os investimentos públicos, tornando o acesso à saúde e à educação ainda mais precarizado. Lutamos pelo aumento de verbas para políticas públicas de combate à violência contra mulheres. As reformas dos últimos anos passaram por cima dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras e contribuíram fortemente para a queda de seus rendimentos, acarretando o aumento da opressão capacitista, racista, machista e homofóbica.

2. POR EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Nos últimos quatros anos a educação pública foi muito atacada: perseguição a educadores, cortes de verbas ao ensino superior e escolas militares. No estado do RJ, o governador Claudio Castro (PL) paga o pior salário do Brasil e os prefeitos do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD), de São Gonçalo, Capitão Nelson (PL) e demais prefeitos mantêm a mesma política de arrocho salarial e privatização. É preciso retomar as políticas públicas de investimento no setor. Queremos uma educação pública laica, gratuita, inclusiva e de qualidade. Como a categoria dos trabalhadores da educação é majoritariamente composta por mulheres, é urgente lutar por valorização docente e plano unificado de carreira. A luta contra a precarização da educação infantil, para exigir o pagamento do reajuste do piso nacional em todos os municípios e no estado do RJ e pela revogação do novo ensino médio é fundamental para assegurar o futuro das nossas meninas e mulheres.

O Brasil sendo o país que mais mata mulheres transexuais e travestis, precisa buscar soluções para emancipação dessa parcela da população. A educação é peça fundamental nesse processo de transformação social! A transfobia barra o acesso ao mercado de trabalho formal e a falta de oportunidades acaba por empurrar transexuais para a subemprego e para prostituição, situação que se agrava se essas mulheres forem negras. A partir da aprovação do projeto de lei de Cotas para trans nas universidades, mulheres transexuais poderão se formar, qualificar e batalhar por melhores postos de trabalho.

3. SANEAMENTO BÁSICO

Água não é mercadoria! O acesso à água é dificultado pelo modelo de privatização da CEDAE (Águas do Rio) que não garante condições adequadas do tratamento de resíduos sólidos, da coleta pública do "lixo" e do abastecimento de água em áreas de moradia da classe mais pobre da população, prejudicando a saúde da trabalhadora e de sua família. Se faz necessária a fiscalização das promessas de expansão da rede de esgoto nas áreas mais distantes do centro da cidade. Exigimos a reestatização da CEDAE, a retomada de políticas públicas voltadas às mulheres e meninas, entre elas maior atenção à saúde reprodutiva, pelo fim das comunidades terapêuticas e em defesa do SUS público, gratuito, universal e de qualidade, à garantia da mobilidade, nos transportes e vias públicas, inclusive das idosas, mulheres e meninas com deficiência. É preciso definir uma política para proteção das mulheres atingidas por grandes empreendimentos ou por desastres naturais como as grandes chuvas que acontecem todo ano durante ou após o verão, cuja constância vem aumentando em função das mudanças climáticas, ocasião que leva a alagamentos em várias cidades no Rio de Janeiro, causando transtorno para as trabalhadoras e trabalhadores, seja no deslocamento ou no desabamento de suas moradias. É necessária uma solução para a falta de moradias dignas e de estrutura urbana capaz de garantir a integridade da cidade como um todo e uma política severa com construções em lugares de risco. (De 2021 a 2022 tivemos 11 tragédias com inúmeras vítimas - dados CEMADEN).

Defendemos a reestatização da Eletrobrás, alvo de mais privatizações que poderão inviabilizar o acesso ao fornecimento de energia segura em nossas casas, com o aumento da tarifa e também da desestatização das águas das barragens das hidrelétricas. O setor elétrico é estratégico para o desenvolvimento econômico do país e para promoção do bem-estar da população brasileira. O mesmo vale para a Petrobrás e os Correios, que está em risco. Chega de privatizações, desmontes e sucateamento das estatais! A soberania nacional precisa ser garantida!

4. RACISMO AMBIENTAL E ETNOCÍDIO

A degradação ambiental comprovadamente impacta mais as populações periferizadas ou compostas por minorias étnicas. Essa parcela da população, que já vinha sofrendo com secas, estiagem severa, queimadas ou enchentes, teve a sua situação drasticamente agravada pela pandemia. Calcula-se que, na América Latina, a fome atingiu 10 milhões de habitantes em áreas rurais, dos quais 6 milhões são mulheres (CEPAL). No Brasil, de 2019 a 2021, o quadro da fome pulou de 33% para 47% entre as mulheres (a faixa de 30 a 49 anos é a mais impactada), e teve uma queda de 1% entre os homens (de 27% para 26%). Como a maior parte dos lares do Brasil é chefiado por mulheres, podemos mensurar a sequela dessa desigualdade entre crianças e adolescentes, em sua maioria pretas e pardas. Ao lado disso, testemunhamos, a partir do governo Bolsonaro, um retrocesso em relação à manutenção e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero